REVISTA DA ANINTER-SH
Volume 3, 2026 – Artigo: 11
ISSN: 2965-954X
Received: 25/09/2026
Accepted: 16/11/2026
D.O.I. http://dx.doi.org/10.69817/2965-954X/v3a11

“MEU LUGAR É ONDE TODAS AS MULHERES DEVEM ESTAR”: VIOLÊNCIA POLÍTICA DE GÊNERO NO DISCURSO PARLAMENTAR BRASILEIRO

“MY PLACE IS WHERE ALL WOMEN SHOULD BE”: GENDER-BASED POLITICAL VIOLENCE IN BRAZILIAN PARLIAMENTARY DISCOURSE

Kristianne Veloso,
Doutoranda em Desenvolvimento Social, PPGDS/Unimontes/MG
Kika.veloso@hotmail.com
ORCID: 0000-0001-7205-9800

Maria da Luz Alves Ferreira,
Doutora em Sociologia Política, UFMG. Professora no DPCS e PPGDS da Universidade Estadual de Montes Claros.
mluzferreiraalves@gmail.com
ORCID: 0000-0001-5240-163X

Resumo
Esta pesquisa analisa manifestações de violência política de gênero no espaço institucional brasileiro, tomando como ponto de partida o episódio em que a ministra Marina Silva foi alvo de um discurso marcadamente sexista no Parlamento. O estudo interroga os modos pelos quais certos discursos são naturalizados e legitimados nos espaços de poder, contribuindo para a desqualificação simbólica de mulheres em posições de decisão. O artigo problematiza a produção discursiva de gênero como tecnologia de poder e exclusão, refletindo sobre os mecanismos pelos quais os atores presentes no parlamento participam da reprodução dessas práticas. Ao examinar quais mulheres são mais intensamente afetadas, especialmente aquelas situadas em interseções de vulnerabilidade, evidencia-se o caráter estrutural e performativo da violência política de gênero, bem como suas implicações na contenção do avanço de direitos e na limitação da pluralidade democrática. A pesquisa propõe, assim, uma crítica à própria arquitetura do campo político, interrogando suas pretensões de neutralidade e universalidade.

Palavras-Chave: discurso sexista; desigualdade na política; representação política.

Abstract
This research analyzes manifestations of gender-based political violence within Brazilian institutional spaces, using as a starting point the episode in which Minister Marina Silva was the target of a markedly sexist speech in Parliament. The study interrogates how certain discourses are naturalized and legitimized within spaces of power, contributing to the symbolic disqualification of women in decision-making positions. The article problematizes gendered discourse as a technology of power and exclusion, reflecting on the mechanisms through which parliamentary actors participate in the reproduction of such practices. By examining which women are most

intensely affected—particularly those situated at intersections of vulnerability—the research highlights the structural and performative nature of gender-based political violence and its implications for the restriction of rights and the limitation of democratic plurality. The study thus offers a critique of the very architecture of the political field, questioning its claims to neutrality and universality.

Keywords: sexist discourse; inequality in politics; political representation.

INTRODUÇÃO

Em 27 de maio de 2025, durante uma audiência na Comissão de Infraestrutura (CI) do Senado Federal, a ministra do Meio Ambiente e Mudança do Clima, Marina Silva, foi alvo de manifestações e condutas que configuram um episódio emblemático de violência política de gênero.

Ao responder a críticas sobre a suposta morosidade na concessão de licenciamentos ambientais, a ministra enfrentou um ambiente institucional hostil, marcado por interrupções constantes, tentativas de desqualificação profissional e declarações de cunho discriminatório. A condução da audiência por parlamentares como Omar Aziz (PSD-AM), Marcos Rogério (PL-RO) e Plínio Valério (PSDB-AM) ultrapassou os limites do contraditório democrático, evidenciando práticas discursivas de silenciamento e deslegitimação sustentadas por marcadores de gênero.

As agressões verbais dirigidas à ministra foram acompanhadas por uma retórica que procurou colocá-la em uma posição de subordinação hierárquica, negando-lhe autoridade institucional e legitimidade política. Expressões como “se ponha no teu lugar”[1], proferida por Marcos Rogério, e a afirmação de Plínio Valério de que “a mulher merece respeito, a ministra não”, revelam uma tentativa deliberada de dissociar sua atuação pública de sua identidade de gênero, reforçando estigmas que historicamente marginalizam mulheres nos espaços de poder.

Convém destacar que tais ataques não ocorreram de forma isolada: em março do mesmo ano, o mesmo senador, Plínio Valério, já havia declarado publicamente sentir “vontade de enforcá-la”, uma fala que provocou ampla condenação por parte de organizações da sociedade civil.

O presente artigo propõe uma análise crítica das práticas discursivas originadas no episódio envolvendo a ministra Marina Silva, compreendendo os enunciados como

[1] As falas aqui relatadas foram transcritas a partir da reprodução em vídeo da sessão plenária, conforme veiculada por meios de comunicação. Ver:
LIMA, Kevin. Senador manda Marina Silva “se pôr em seu lugar”, e ministra diz que não é “mulher submissa”. **G1,** Brasília, 27 maio 2025. Disponível em: https://g1.globo.com/politica/noticia/2025/05/27/senador-discute-com-marina-em-comissao-a-senhora-nao-e-mais-etica-que-ninguem.ghtml. Acesso em: 05/06/2025.
MARTINS, Leticia. Marina nega ser mulher submissa e senador responde: “Se ponha no seu lugar”. **CNN Brasil,** São Paulo, 27 maio 2025. Disponível em: https://www.cnnbrasil.com.br/politica/marina-nega-ser-mulher-submissa-e-senador-responde-se-ponha-no-seu-lugar/. Acesso em: 12/06/2025.

manifestações simbólicas produzidas por redes de poder, gênero e normatividade institucional. Ainda que o Brasil conte com a Lei n.º 14.192/2021, destinada a combater a violência política contra as mulheres, sua aplicabilidade mostra-se limitada, especialmente em casos que não envolvem diretamente mulheres eleitas.

A partir dessa insuficiência normativa, busca-se tensionar discursos aparentemente neutros que sustentam desigualdades estruturais no campo político. Ao examinar as falas parlamentares, argumenta-se que tais discursos reforçam a exclusão e a subalternidade de mulheres, comprometendo a democratização efetiva da representação política.

Em resposta a jornalistas após abandonar a sessão da CI no Senado, Marina Silva declarou: “O que não pode é alguém achar que, porque você é mulher, porque você é preta, porque você vem de uma trajetória de vida humilde, que você vai dizer quem eu sou e ainda dizer que eu devo ficar no meu lugar. O meu lugar é onde todas as mulheres devem estar.”

O discurso político, nesse sentido, se articula dentro do campo simbólico da representação, sendo estruturado por dinâmicas de poder que legitimam determinadas vozes em detrimento de outras. As reproduções discursivas proferidas pelos parlamentares não apenas comunicam ideias, mas também performam hierarquias, legitimando a exclusão de determinados corpos políticos, como o das mulheres, do centro das decisões.

Embora a presença feminina no espaço institucional brasileiro tenha se formalizado com a conquista do direito ao voto em 1932, a participação das mulheres na política ainda é desigual, especialmente quando se considera a pluralidade dessas identidades: mulheres negras, indígenas, trans e de outras intersecções continuam sub-representadas ou completamente ausentes de espaços deliberativos.

O discurso sexista, enquanto prática discursiva recorrente, reforça a desigualdade de gênero e produz efeitos concretos sobre a trajetória política das mulheres. Por isso, analisar tais discursos é fundamental para compreender seus impactos institucionais e subjetivos, especialmente sobre as mulheres eleitas e os desafios enfrentados no exercício de seus mandatos. Tais desafios incluem o enfrentamento de discursos machistas, que invisibilizam pautas de gênero e bloqueiam a inserção de vozes plurais nos centros de decisão. O neoliberalismo, como racionalidade dominante do capitalismo contemporâneo, contribui para a despolitização das desigualdades ao mesmo tempo em que o machismo assegura a permanência dos homens no domínio desses espaços de poder.

É inviável pensar uma democracia plena sem a participação igualitária de mulheres, sendo que a pluralidade é um requisito essencial para um governo verdadeiramente representativo. No entanto, a própria noção de cidadania no modelo liberal de democracia revela-se limitada, frequentemente reduzida a um sujeito político masculino, branco e pertencente a uma classe social de maior poder econômico. A representação, nesse contexto,

torna-se excludente, e a indignação social diante das desigualdades permanece fragmentada, restringida por discursos hegemônicos que naturalizam essas ausências.

Esta pesquisa tem como objetivo compreender os contextos históricos e sociais que sustentam os discursos de violência política de gênero, a fim de identificar os mecanismos que dificultam a consolidação da presença feminina na política institucional. Para tanto, adota-se uma abordagem exploratória, fundamentada em pesquisa bibliográfica e na análise de caso. O corpus empírico é composto pelo episódio envolvendo a ministra Marina Silva na Comissão de Infraestrutura do Senado, incluindo as falas proferidas durante a sessão parlamentar e a entrevista concedida após o ocorrido.

2. A VIOLÊNCIA POLÍTICA DE GÊNERO COMO TECNOLOGIA DE PODER

A violência política de gênero emerge como uma reação às conquistas das mulheres na esfera política, reafirmando desigualdades estruturais profundas (Archenti; Albaine, 2018). Essa forma de violência se manifesta tanto em custos simbólicos quanto concretos, enfrentados por mulheres ao conquistarem ou exercerem cargos políticos, expressando-se por meio de agressões físicas, violência simbólica, omissões institucionais e campanhas difamatórias.

Pode ser compreendida como um mecanismo simultaneamente discursivo e material, cuja função é restringir, silenciar e excluir as mulheres do espaço político e público. Krook (2020) observa que esse fenômeno atua para manter a exclusão das mulheres da vida pública enquanto grupo social, sendo frequentemente naturalizado como parte inerente à dinâmica conflitiva do jogo político.

Para Piscopo (2016), trata-se de um conjunto de estratégias direcionadas a deslegitimar, hostilizar e agredir mulheres que participam da política, especialmente candidatas, ocupantes de cargos públicos ou ativistas, motivadas unicamente pelo fato de serem mulheres. É uma manifestação explícita do sexismo institucionalizado, que reforça as desigualdades de gênero e limita a plena atuação feminina na esfera pública.

Ao cruzar os conceitos de violência de gênero com a violência política, revela-se um mecanismo próprio que resulta no afastamento das mulheres da política. Essas dinâmicas, amplamente presentes no sistema político, assumem diversas formas (Veloso; Ferreira, 2024).

A violência discursiva manifesta-se no uso de palavras, expressões e retóricas que humilham, ridicularizam ou silenciam mulheres na política, por meio de comentários sexistas, insultos públicos, linguagem depreciativa e insinuações sexuais, que criam um ambiente hostil e deslegitimador.

Já a violência institucional ocorre quando as estruturas formais do Estado, partidos políticos, tribunais, câmaras legislativas, falham em garantir direitos das mulheres ou até mesmo colaboram para sua exclusão, como na não observância das cotas de gênero, negação de recursos para candidatas ou no silenciamento de denúncias de assédio.

Biroli (2018) amplia essa análise ao associar as hierarquias de gênero presentes no sistema político à lógica capitalista, apontando que, mesmo com avanços formais nos direitos das mulheres, persistem diferenças significativas nas relações sociais de sexo e nas permissões para atuação em espaços públicos. Essas diferenças, quando não acompanhadas por transformações significativas, tendem a reforçar desigualdades já existentes. Assim, a discussão ultrapassa o acesso formal aos direitos e se desloca para as novas formas de precarização do trabalho feminino, articuladas no plano simbólico e cruzadas pelas interseccionalidades.

Biroli (2018, p. 180) ressalta que “obstáculos materiais, simbólicos e institucionais erigem barreiras que dificultam a atuação das mulheres e alimentam os circuitos da exclusão”. Essa violência possui um caráter simbólico fundamental, pois a política foi historicamente moldada como um espaço masculino, o que implica a exclusão de mulheres e outros grupos subalternizados. Além disso, Biroli destaca as intersecções entre patriarcado, capitalismo e colonialismo, evidenciando que essas estruturas impactam mulheres de maneiras distintas conforme sua raça, classe e contexto social. Assim, a sub-representação feminina na política não é um fenômeno homogêneo; algumas mulheres mantêm privilégios relativos conforme suas posições sociais, revelando a complexidade da violência política de gênero sob uma perspectiva interseccional.

Judith Butler (2003) desconstrói a noção de gênero como uma categoria fixa e natural, argumentando que é uma categoria performativa, ou seja, construída e reiterada através de atos de fala e práticas sociais. Para Butler, o gênero não é uma essência interna que se manifesta externamente, mas sim um efeito de normas sociais que se repetem e se reforçam ao longo do tempo.

Nessa perspectiva, o discurso desempenha um papel central na produção e manutenção das identidades de gênero. Butler (2019) explora como a linguagem e os sistemas de representação moldam nossa compreensão do que significa ser homem ou mulher. O discurso não apenas descreve a realidade, mas a constitui, estabelecendo fronteiras e hierarquias entre diferentes grupos sociais.

A violência política de gênero, sob a ótica de Butler, pode ser entendida como um ato de fala que busca silenciar, deslegitimar e excluir as mulheres do espaço político. Comentários sexistas, insultos públicos e campanhas difamatórias são exemplos de como o

discurso pode ser utilizado como uma arma para reforçar desigualdades de gênero e restringir a participação feminina na política.

Butler (2017) argumenta que a linguagem tem o poder de performar a realidade, ou seja, de criar e transformar as relações sociais. Quando uma mulher é atacada por sua aparência ou por seu comportamento, essa agressão não é apenas uma ofensa pessoal, mas também um ato político que visa minar sua autoridade e legitimidade como líder.

Além disso, a violência política de gênero também pode se manifestar através da exclusão discursiva, ou seja, da negação da voz e da experiência das mulheres. Quando suas opiniões são ignoradas, suas propostas são rejeitadas e suas conquistas são minimizadas, as mulheres são impedidas de participar plenamente do debate público e de influenciar as decisões políticas.

A análise de Butler se torna ainda mais relevante quando cruzada com o conceito de interseccionalidade, cunhado por Kimberlé Crenshaw (1989) e revisitado por Patricia Hill Collins (2024). A noção de interseccionalidade permite analisar como diferentes estruturas de poder e dominação, como o racismo, o sexismo, o capitalismo e o colonialismo, se articulam de forma interdependente, conformando experiências singulares de opressão. Longe de serem experiências homogêneas, as vivências das mulheres são marcadas por múltiplas camadas de desigualdade, que se manifestam de maneira específica a depender do lugar que ocupam nas hierarquias sociais.

> A interseccionalidade é cada vez mais vista como um referencial único para analisar a violência enquanto importante espaço de convergência de sistemas interseccionais de poder. Nesse sentido, a violência é um elo entre o poder e a desigualdade social. Assim como as relações de poder são interseccionais, a violência que elas geram também pode ser (Collins, 2024, p. 23).

Collins (2024) destaca que a violência é um espaço de convergência desses sistemas interligados de poder. Mulheres negras, indígenas, periféricas e LGBTQIAP+ enfrentam formas agravadas de violência política, pois sua presença em espaços de poder representa uma ruptura não apenas com normas de gênero, mas também com hierarquias raciais e classistas que estruturam a política institucional.

O assassinato de Marielle Franco constitui um exemplo de como a violência política de gênero pode se manifestar também por meio da eliminação física de lideranças políticas. Collins (2024) argumenta que sua morte deve ser compreendida no contexto das estruturas heteropatriarcais e raciais que organizam o campo político, indicando que sua atuação pública tensionava hierarquias consolidadas de gênero e raça.

Carneiro (2009) destacou a presença negra na política institucional, citando casos emblemáticos como Benedita da Silva e Matilde Ribeiro (ex-ministra da SEPPIR). Matilde foi

demitida sob acusações de irregularidades, sofrendo estigmatização racista pela mídia, enquanto Benedita enfrentou críticas e estranhamento pelo seu gênero, raça e origem periférica. Falhas de mulheres negras no poder são amplificadas e associadas a estereótipos de incompetência inerente, diferentemente do tratamento recebido por homens brancos em cargos semelhantes, que raramente sofrem humilhação ou deslegitimação pública.

Essa naturalização da hegemonia branca é evidente quando secretariados majoritariamente brancos não são questionados, ao passo que cotas raciais enfrentam críticas intensas.

3. A ANÁLISE DO DISCURSO COMO FERRAMENTA CRÍTICA

A análise do discurso é aqui adotada como um instrumental teórico que permite investigar como a linguagem participa da construção e reprodução das estruturas de poder. Ao entender o discurso como prática social, seguindo a perspectiva de Fairclough (2001), torna-se possível identificar os modos pelos quais ideologias hegemônicas são naturalizadas. Bourdieu (2002), ao tratar da dominação masculina, aponta que essas ideologias são produto de construções sociais que operam de forma simbólica e estruturante, sendo a crítica discursiva uma via estratégica para desestabilizar os fundamentos da desigualdade de gênero.

Para justificar a abordagem proposta, aprofundamo-nos inicialmente em alguns conceitos, como o da linguística crítica, que permite apreender os textos em sua dimensão política e ideológica. Consideramos, assim, de grande relevância a análise dos discursos como ferramenta para uma compreensão mais profunda da sociedade. O que nos leva a concentrar nosso olhar especificamente sobre os efeitos dos discursos políticos de natureza sexista. De acordo com Maingueneau (2015), a análise do discurso não se resume a uma interpretação semiótica dos signos da comunicação. Para que o discurso não se restrinja aos campos linguístico ou ideológico, é necessário vinculá-lo a uma teoria específica, no caso, à teoria do discurso.

Segundo o mesmo autor, a análise do discurso difere da análise de conteúdo, a qual busca compreender a comunicação dissociada de fatores externos. Maingueneau (2015) propõe duas vertentes teóricas para o conceito de formação discursiva: a perspectiva foucaultiana, que opera com a desagregação das categorias tópicas, e a abordagem de Pêcheux, que considera as formações sociais e ideológicas. Nesse sentido, “a formação discursiva é concebida como um sistema de restrições oculto, transversal às unidades tópicas que são os gêneros” (Maingueneau, 2015, p. 83). Atentando às diferentes formas do discurso político, com o objetivo de alcançar os propósitos desta pesquisa.

Para a análise dos discursos políticos, Maingueneau (2015) considera uma abordagem da análise do discurso como uma caixa de ferramentas capaz de interpretar e contextualizar os múltiplos saberes presentes na comunicação, seja ela coletiva ou individual, culminando na construção do enunciado. Neste estudo, optamos pela Análise Crítica do Discurso (ACD), por entendermos que lidamos com um tipo de discurso que busca preservar uma estrutura patriarcal historicamente consolidada, exercendo dominação sobre sujeitos na constituição de suas identidades políticas contemporâneas.

Conforme Maingueneau (2015), a ACD volta-se à compreensão das desigualdades sociais. Diferentemente da hermenêutica, que tende a reforçar determinados discursos ao interpretá-los dentro de seus próprios limites, a ACD visa desestabilizar a autoridade discursiva por meio da interpretação crítica de signos institucionalizados. Nesse processo, vislumbra-se a dominação masculina, conforme abordada por Bourdieu (2002), no que diz respeito aos conflitos e disputas pela posse simbólica dos corpos femininos.

Ao observar as desigualdades produzidas pelo exercício abusivo do poder masculino nos espaços públicos, espaços nos quais os homens se sentem mais confiantes e legitimados, conforme um imaginário social naturalizado pela linguagem e pelas expressões populares, evidencia-se o papel crítico da análise do discurso. “Além disso, o estudo do discurso possui uma força crítica simplesmente pelo fato de contestar algumas convicções enraizadas na ideologia espontânea dos locutores” (Maingueneau, 2015, p. 60). A análise deve, portanto, considerar o funcionamento do discurso e os interesses que o sustentam.

A Análise Crítica do Discurso conforme proposta por Fairclough (2012) estabelece categorias para a interpretação dos discursos enquanto práticas sociais e instrumentos de transformação radical da sociedade contemporânea. A linguagem, concebida como semiose, permite interpretar todas as formas de construção de sentido: gestos, expressões linguísticas, ações e manifestações culturais. Dessa forma, compreendemos o discurso sexista como um fato social que precisa ser analisado coletivamente, com a contribuição de autores de diferentes áreas, para que possamos diagnosticar seus sintomas na organização social e em sua influência na consolidação da democracia.

No episódio envolvendo a ministra Marina Silva, observamos elementos que podem ser analisados à luz da semiose. A frase proferida pelo senador Marcos Rogério (PL-RO) “Se coloque no seu lugar” atua como marcador de dominação simbólica, sugerindo a existência de uma hierarquia institucional que, na prática, inexiste, já que a ministra ocupa uma posição constitucionalmente equivalente à do senador. Trata-se de uma enunciação carregada de sentidos que reforçam o sexismo e o racismo, operando de forma interseccional no espaço público, cuja ocupação pelas mulheres é fruto de uma longa e árdua luta histórica.

Mais do que o conteúdo verbalizado, a atitude configura-se como discurso de ódio,

utilizado como mecanismo de ruptura com o pensamento divergente, operando no intuito de consolidar uma ideia hierarquicamente dominante. Essa lógica pode ser interpretada a partir da dicotomia nós/eles descrita por Mouffe (2015), que vê no antagonismo uma condição inerente à política democrática. A disseminação de discursos excludentes tem origem em disputas políticas e visa à colonização da verdade. A constante busca por consenso, muitas vezes apresentada como um ideal democrático, na realidade reforça confrontos permanentes que não deveriam constituir o único modo de fazer política. Há registros de formas de atuação política pautadas pelo dissenso produtivo e não pelo confronto destrutivo.

Nas palavras de Mouffe (2015, p. 29):

> Os teóricos liberais são incapazes de reconhecer não apenas a realidade fundamental na discórdia da vida social e a impossibilidade de encontrar soluções imparciais e racionais para os problemas políticos, mas também o papel integrativo que o conflito desempenha na democracia moderna. Uma sociedade democrática exige que se discuta a respeito das alternativas possíveis; além disso, ela precisa oferecer formas políticas de identificação que girem em torno de posições democráticas claramente diferenciadas.

Percebemos que essas construções narrativas fazem parte de um processo histórico, social e econômico que molda identidades à medida que são disseminadas e legitimadas como verdades. A força performativa dos discursos de ódio, especialmente quando articulados de forma populista, encontra ressonância no discurso político, que frequentemente os instrumentaliza com o objetivo de obter visibilidade e mobilização. Como efeito, consolidam-se marcadores sociais da diferença, categorias classificatórias que estruturam desigualdades e hierarquias socioeconômicas dentro do tecido social.

Tendo em vista que esta análise se concentra nos discursos proferidos durante a sessão do Senado anteriormente mencionada, bem como na declaração de Marina Silva à imprensa logo após seu afastamento do plenário, delimitamos nosso escopo aos marcadores sociais evidenciados pela ministra em sua fala pública. Marina Silva criticou a postura de alguns parlamentares, ao apontar que ainda persiste a ideia de que determinadas características, como ser mulher, negra e ter origem humilde, justificariam um tratamento desigual ou deslegitimado.

A partir dessa manifestação, são três os marcadores sociais da diferença discutidos: gênero, por ser o eixo central do estudo ao buscar compreender as assimetrias de tratamento entre homens e mulheres; raça e classe social, que, somados ao primeiro, possibilitam uma leitura interseccional. Essa abordagem amplia o campo analítico para além do recorte tradicionalmente centrado em mulheres brancas, urbanas e de classe média, reconhecendo a diversidade de experiências que constituem a realidade da maioria das mulheres brasileiras.

Os discursos são construções situadas, produzidas por sujeitos inseridos em contextos

históricos e socioculturais específicos. Embora certos discursos políticos assumam caráter transnacional, é fundamental reconhecer as peculiaridades locais que os moldam. Ignorar essas especificidades comprometeria a compreensão dos sentidos produzidos. Assim, os discursos políticos brasileiros são formas de apreender as implicações sociais do sexismo discursivo e suas ressonâncias no espaço público nacional.

A materialização do discurso político na esfera social, para além das amarras impostas pela lógica neoliberal do capitalismo global, requer uma profunda descolonização dos gestos, das práticas e das linguagens que usamos para nomear o mundo (Cusicanqui, 2012). No Brasil, essa tarefa está enraizada em uma formação histórica marcada por uma convivência tensa e desigual entre matrizes culturais indígenas, africanas, asiáticas e europeias, um tecido cultural plural, porém atravessado por silenciamentos e exclusões impostos por uma hegemonia eurocêntrica.

Mais do que uma simples miscigenação, de acordo com Silvia Riviera Cusicanqui (2012), essa diversidade deve ser compreendida a partir da metáfora do *ch'ixi*: uma convivência conflituosa, mas criativa, entre diferentes saberes e formas de vida que não se fundem, mas coexistem em tensão. A colonialidade do saber desvalorizou epistemologias indígenas e formas comunitárias de convivência baseadas na reciprocidade, redistribuição e autoridade como serviço. O legado do escravismo e do patriarcado ainda estrutura as desigualdades contemporâneas e organiza os sentidos do poder e da cidadania no país.

As mulheres, enquanto produtoras, cuidadoras, artistas e mediadoras simbólicas, desempenham um papel fundamental nesse processo, tecendo redes interculturais e recriando formas de convivência que escapam aos mapas rígidos da identidade territorial imposta pelos Estados-nação.

Assim, pensar a transformação social no Brasil demanda romper com os modelos impostos pelas academias do Norte e afirmar uma ciência com território, que dialogue com os saberes ancestrais, construa alianças Sul-Sul e projete uma forma de vida que reconheça a diferença como base da convivência e da justiça.

Nesse contexto, Souza (2015) destaca o papel da cultura científica como dispositivo de hierarquização entre culturas. Segundo o autor, a lógica ocidental da racionalidade científica atribuiu aos países latino-americanos a marca do subdesenvolvimento, por associá-los à emoção e à afetividade, traços que, na moralidade ocidental, são considerados opostos à razão, entendida como atributo superior. O autor observa que, "tendo em vista que o afeto e a emoção são percebidos na hierarquia moral ocidental como o 'outro negativo' da razão de Platão, e a doutrina platônica da virtude foi transformada no caminho cristão da salvação" (Souza, 2015, p. 16). Essa lógica de oposição binária também se manifesta na hierarquização de gênero, na qual as mulheres são construídas discursivamente como o outro negativo da

racionalidade masculina, reforçando sua subordinação simbólica e social.

A divisão entre o público e o privado é um dos pilares da organização de gênero que mais influenciaram a formação do discurso sexista na política. Desde a democracia ateniense, consolidou-se o pensamento de que o espaço público, e, portanto, as decisões políticas, pertenciam exclusivamente aos homens. Essa concepção retirou as mulheres dos centros de decisão por séculos, e a democracia liberal tampouco rompeu com essa lógica. Os direitos das mulheres, inclusive o direito ao voto e à elegibilidade para cargos legislativos e executivos, foram resultado de longas lutas e não concessões naturais do sistema democrático.

O corpo feminino foi historicamente disciplinado, sobretudo nos campos da reprodução e da sexualidade. A reprodução passou a ser tratada como um exercício de controle sobre o corpo da mulher, enquanto a disciplina se impôs por meio de gestos cotidianos que moldam comportamentos e reafirmam obediência. Para Foucault (2014), esse processo configura uma relação codificada de submissão: o patriarcado funciona como uma máquina de poder que, por meio da disciplina, fabrica corpos dóceis.

No que se refere à sexualidade, consolidou-se uma construção que definiu quem poderia falar sobre o tema, o que poderia ser dito e por quais razões. No século XVII, com o fortalecimento da moral cristã e a associação da carne ao pecado, instituiu-se um discurso de obediência sexual. Conforme Foucault (1988), a origem desse controle remonta a tradições ascéticas e monásticas, mas foi nesse período que ele se universalizou, aplicando-se a todos os corpos. O domínio exercido pelos discursos pode ser percebido na censura lexical e moral:

> A interdição de certas palavras, a decência das expressões, todas as censuras do vocabulário poderiam muito bem ser apenas dispositivos secundários com relação a essa grande sujeição: maneiras de torná-la moralmente aceitável e tecnicamente útil. Poder-se-ia traçar uma linha direta da pastoral do século XVII ao que veio a ser sua projeção na literatura e na literatura “escandalosa” (Foucault, 1988, p. 23).

A história da sexualidade moderna é, portanto, a história de discursos, convenções e dominação. O sexo foi inserido em uma estrutura de silenciamento, não pela ausência do tema, mas pela restrição dos sujeitos autorizados a enunciá-lo. Mesmo quando demandado por mecanismos de vigilância, o discurso sobre o sexo permaneceu regulado. Refletir sobre esses discursos é inseparável dos estudos de gênero, das desigualdades e das normas de submissão que estruturam o social, o que leva diretamente às reivindicações dos movimentos sociais.

Os feminismos desestabilizaram discursos hegemônicos ao questionarem a visão binária e hierárquica que impõe às mulheres um ideal de feminilidade e maternidade.

Conforme Swain (2000, p. 59), fala-se:

> (...) de sexo-significação, posto em discurso e imagens, veiculando e criando ao mesmo tempo as representações que lhe dão poder sobre os seres no social. O sexo-discurso produz corpos aos quais confere uma “sexo-significação” sobre uma matriz binária e normalizadora, fundada sobre a reprodução, bem como sobre uma pluralidade de sexualidades que não cessam de se referir ao “sexo originário”, o procriador. Desta forma, os mecanismos de construção dos corpos, as estratégias e táticas se desvelam nas práticas sociais que definem os corpos “femininos” e os marca de inferioridade.

Nesse sentido, Foucault (2004) ao discutir a ordem do discurso evidencia como o discurso institucional, em sua materialidade, é previamente estruturado para a dominação. A palavra é concedida a alguns e negada a outros, de modo que a determinação da fala se faz pela exclusão: quem fala o faz em detrimento do silenciamento de quem não detém legitimidade no discurso. Assim, a hierarquização dos enunciadores reforça a manutenção das assimetrias de poder que atravessam a sociedade.

> Notaria apenas que, em nossos dias, as regiões onde a grade é mais cerrada, onde os buracos negros se multiplicam, são as regiões da sexualidade e as da política: como se o discurso, longe de ser esse elemento transparente ou neutro no qual a sexualidade se desarma e a política se pacifica, fosse um dos lugares onde elas exercem, de modo privilegiado, alguns de seus mais temíveis poderes. Por mais que o discurso seja aparentemente bem pouca coisa, as interdições que o atingem revelam logo rapidamente, sua ligação com o desejo e o poder. (...) o discurso não é simplesmente aquilo que traduz as lutas ou os sistemas de dominação, mas aquilo por que, pelo que se luta, o poder do qual queremos apoderar. (Foucault, 2004, p. 9-10)

As determinações discursivas operam institucionalmente, estabelecendo critérios que qualificam e legitimam determinados sujeitos como autorizados a falar, ao passo que silenciam outros. Tais exigências são reiteradas no interior de instituições como o Judiciário, as religiões e a política, conforme demonstrado por Foucault (2004). Para analisar essas condições de produção do discurso e seus efeitos, três movimentos analíticos são fundamentais: “questionar nossa vontade de verdade; restituir ao discurso seu caráter de acontecimento; suspender, enfim, a soberania do significante” (Foucault, 2004, p. 51).

Com base na estrutura analítica proposta por Fairclough (2012, p. 311) inspirada na apreciação crítica explicatória do teórico Roy Bhaskar, propomos uma análise do discurso sexista na política, partindo de uma perspectiva crítica do problema social em questão: o machismo, que está presente nos mecanismos de poder desde a consolidação do modelo mercantilista e atravessa a própria formação da democracia moderna.

Esse problema pode ser exemplificado pelo silenciamento sistemático das mulheres nos espaços legislativos e executivos. A representação política feminina se torna um desafio que vai além das pautas que essas mulheres defendem: elas enfrentam, sobretudo, preconceitos e práticas discursivas de exclusão.

Além disso, em uma perspectiva da análise feminista crítica do discurso, Lazar (2005) aponta que é necessário ter um foco nas representações, relações e identidades em práticas culturais. Para pensar o gênero como construção social que conta com dinâmicas internas entre formas de masculinidade e solidariedades ou opressões entre mulheres.

Trata-se, portanto, de discursos pré-construídos, naturalizados e internalizados pelos sujeitos, os quais as mulheres vêm enfrentando historicamente. O episódio analisado neste texto é o momento em que esses discursos se materializam, revelando como os sujeitos os mobilizam na mediação de desigualdades históricas. No campo discursivo da política, o poder da fala ainda é majoritariamente masculino, e é nesse contexto que as mulheres disputam espaço simbólico e material.

O exemplo discutido evidencia como a materialidade discursiva reproduz o sexismo e protege a hegemonia masculina nos espaços de poder. A tentativa de deslegitimar a presença feminina nesses espaços configura não apenas uma reprodução do sexismo, mas uma prática antidemocrática, expressa na perseguição política e institucional que essas mulheres enfrentam.

4. O CASO MARINA SILVA: GÊNERO, INTERSECCIONALIDADE E DESLEGITIMAÇÃO SIMBÓLICA

Considerando que discurso e prática estão profundamente interligados, sendo o discurso uma forma de ação e toda ação permeada por construções discursivas, analisamos o episódio envolvendo Marina Silva como uma manifestação exemplar da violência de gênero que estrutura o campo político brasileiro. Longe de ser neutra, a fala parlamentar configura um regime de verdade que naturaliza a autoridade masculina, patologiza a presença e a intervenção feminina como desrespeito ou descontrole emocional e sanciona, por meio do silenciamento simbólico e institucional, qualquer transgressão às normas de gênero.

Nesse contexto, conforme Lazar (2005), a análise do discurso sob uma perspectiva feminista compreende o discurso como uma performance de gênero (Butler, 2003), atravessada por relações de poder, saber e identidade. Lazar observa que as violências de gênero se tornaram mais sutis, assumindo novas formas, e destaca a importância de evidenciar esses discursos naturalizados e reproduzidos. Essa sutileza dificulta o reconhecimento das categorias que esses discursos representam, contribuindo para sua legitimação social. A desigualdade de gênero, portanto, é sustentada por práticas institucionais aparentemente neutras, mas profundamente marcadas por padrões de exclusão.

Ao articular essa abordagem à semântica discursiva de Fiorin (2000), observamos que

a semântica, entendida como estudo do significado, propõe um percurso gerativo de sentido distribuído em três níveis interdependentes: o fundamental, o narrativo e o discursivo. No plano fundamental, observamos como as hierarquias de gênero são naturalizadas no campo político.

A declaração do senador Valério “Eu não estou falando com a mulher. Estou falando com a ministra” explicita a construção simbólica da cidadania que, conforme argumenta Clara Araújo (2012), estabelece uma distinção entre o sujeito ativo (homem, cidadão, público) e o sujeito passivo (mulher, não cidadã, privada). Essa dicotomia naturalizada expressa uma herança histórica que ainda hoje impede a plena inclusão das mulheres na política, resultando no que a autora denomina como uma exclusão estendida. Os atributos tradicionalmente associados ao masculino, racionalidade, independência, imparcialidade foram incorporados à ideia de cidadania, enquanto os atributos associados ao feminino, emoção, dependência, parcialidade serviram para justificar sua exclusão da esfera pública.

Essa formulação reforça a autoridade como prerrogativa masculina e reduz a atuação política das mulheres a uma concessão, condicionada ao comportamento considerado apropriado. A fala mencionada opera como violência simbólica, ao despersonificar a figura da ministra e desqualificar sua reação quando Valério diz: “Tá com medo de mim” resgata a ideia de histeria e reafirma o respeito não como um direito inalienável, mas como algo a ser merecido sob critérios masculinos.

A ideia da histeria, nesse sentido, permanece como um marcador que opera de forma subjetiva sobre as mulheres. Embora reformulada, essa noção resiste como um resquício do sexismo que subsiste mesmo após o declínio da dominação absoluta dos homens. Segundo Michels (2001), essa subjetividade pode emergir a qualquer momento nas interações discursivas. Freud, ao conceituar a histeria como uma condição feminina, refletia os preconceitos de seu tempo, em que as mulheres não tinham lugar na discursividade dominante. Paradoxalmente, como destaca Michels, essa mesma condição se tornaria fonte para a elaboração de uma nova discursividade, abrindo espaço para ressignificações no campo simbólico.

Relatos de outras mulheres em posições de poder, como demonstram os estudos de Galvão e Vieira (2020), apontam para um constrangimento constante, no qual elas se veem diariamente forçadas a justificar sua permanência em espaços políticos que tentam continuamente expulsá-las. Os efeitos dessa desigualdade impactam diretamente o modo como essas mulheres exercem suas funções, impondo limites à sua atuação.

No plano narrativo, as estratégias interacionais como interrupções, ironias, vocativos desqualificadores e, especialmente, o silenciamento literal do microfone, como praticado pelo senador Marcos Rogério, funcionam como tecnologias de controle da fala feminina. Tais

práticas operam como dispositivos disciplinares, conforme Foucault (2014), instaurando a lógica do “ponha-se no seu lugar”, que busca fixar a mulher em um espaço simbólico de não-poder.

Ao invocar uma posição predefinida, o senador sugere a existência de uma ordem social reconhecida tanto por quem fala quanto por quem ouve. Simultaneamente, a acusação de “falta de educação” ressignifica a resistência como agressão, numa estratégia típica do *gaslighting,* que, segundo Stark (2019), consiste em uma forma de violência epistêmica que nega a credibilidade do sujeito com base em sua identidade. A autora aponta ainda uma modalidade manipulativa desse fenômeno, que mina a autoconfiança da interlocutora enquanto conhecedora e igual, deslegitimando suas percepções, sentimentos e motivações.

No plano discursivo, a intervenção de Marina Silva “Qual é o meu lugar?” atua como uma contravoz (Murphy, 1994), rompendo com a ordem hegemônica ao desnaturalizar o lugar de subalternidade historicamente imposto às mulheres. Essa enunciação, ancorada em uma escuta crítica, desloca o enunciado dominante e revela suas contradições internas. Ao questionar os limites impostos à sua presença política, Marina não apenas denuncia a exclusão, mas também desvela o uso do respeito como instrumento retórico de contenção e silenciamento. Sua fala reivindica o direito à fúria, conceito desenvolvido por Audre Lorde (1981), essencial para mulheres negras que enfrentam os efeitos combinados do racismo e do sexismo. Nesse gesto, ela abre espaço para uma política que reconhece a emoção e a indignação como formas legítimas de resistência e atuação.

Nesse contexto, um elemento se torna o centro organizador do discurso, não por seu conteúdo essencial, mas pela função que desempenha nas articulações discursivas. O sujeito político é produzido discursivamente, e a categoria central para essa compreensão é a identificação e não uma essência anterior ou natural. Como propõem Laclau e Mouffe (2015), o sujeito político é formado no processo de articulação, ao se identificar com ideias, posições e demandas. Assim, a política não apenas representa a realidade, mas também a produz ao articular discursos que se tornam hegemônicos.

A resposta de Marina Silva “Meu lugar é onde todas as mulheres devem estar” constitui um ato de resistência discursiva. Ao reagir à tentativa de silenciamento imposta por um senador, a ministra desloca a interpelação de gênero tradicional e subverte o campo simbólico no qual as mulheres são historicamente posicionadas como figuras periféricas na política. Sob a lente da Análise Crítica do Discurso (Fairclough, 2012), em diálogo com as ideias acerca do poder de Foucault (2014) e com a teoria feminista interseccional (Lazar, 2005), sua fala não apenas contesta o insulto, mas reconfigura o campo de possibilidades simbólicas para a ação política das mulheres.

Segundo Lazar (2005), os discursos não apenas reproduzem estruturas de poder, mas

também podem operar como práticas de resistência. A saída de Marina do Senado, após não receber o pedido de desculpas, e sua declaração na coletiva de imprensa subsequente ativam importantes estratégias discursivas de subversão. Sua réplica é performativa: ela recusa a ordem, reafirma seu pertencimento institucional e universaliza a luta das mulheres. Ao dizer "todas as mulheres devem estar", desloca o foco do ataque pessoal para uma causa coletiva, utilizando a linguagem como ferramenta de reivindicação e pertencimento político.

O efeito simbólico de sua resposta se amplifica quando suas palavras viralizam nas redes sociais e na mídia, transformando-se em símbolo de resistência feminina à violência política de gênero. Quando Marina afirma: "O senhor gostaria que eu fosse uma mulher submissa; eu não sou." O que inicialmente configurava uma tentativa de humilhação se converte em emblema de luta e fortalecimento identitário. A fala de Marina exemplifica, nesse sentido, o que Butler (2015) define como potência performativa da linguagem: a capacidade de um enunciado gerar efeitos materiais e simbólicos que extrapolam o momento imediato da enunciação.

O episódio envolvendo Marina Silva demonstra como a linguagem pode funcionar tanto como instrumento de manutenção das estruturas patriarcais quanto como meio de ruptura e ressignificação. Sua fala constitui um gesto de contra-enunciação (Butler, 2017), ao afirmar que todas as mulheres devem ocupar aquele espaço. Com isso, ela rompe com a lógica da exceção e recusa a ideia de que a presença feminina na política seja concessão ou privilégio, reafirmando esse espaço como direito coletivo e inalienável.

A análise da resposta de Marina Silva permite concluir que o discurso sexista, embora estrutural, não é inabalável. Ele pode ser confrontado por meio da linguagem. Nesse sentido, falas como a da ministra não apenas contestam a violência simbólica, mas reconfiguram os contornos da ordem hegemônica. A linguagem, portanto, não é apenas reflexo das relações de poder: ela é também o espaço onde essas relações são continuamente disputadas, reinventadas e, por vezes, subvertidas. A fala de Marina Silva reescreve as regras do jogo político e afirma que o lugar das mulheres é onde elas quiserem, inclusive, e sobretudo, no centro do poder.

Em síntese, o episódio evidencia que a violência política de gênero não é um acidente ou déficit do sistema democrático, mas uma de suas formas operatórias, como já apontava Pateman (1993). Ainda assim, a resistência performativa de Marina Silva demonstra que o discurso é também um campo de disputa, onde sujeitos historicamente subalternizados podem deslocar sentidos e tensionar normas que buscam sujeitá-los. É nesse gesto de contrapalavra que reside a potência política do deslocamento, um desafio à ordem hegemônica que, ao ser confrontada, revela tanto sua fragilidade quanto a possibilidade real de sua transformação.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os discursos sexistas na política antecedem o momento em que as mulheres conquistaram o direito de votar e de serem eleitas, e ainda hoje operam como dispositivos de exclusão nos espaços de poder. Esses discursos, ao longo da história, limitaram a atuação política das mulheres e suas possibilidades de reivindicação, muitas vezes interrompendo suas trajetórias antes mesmo de alcançarem cargos eletivos. A moralidade, frequentemente mobilizada no contexto eleitoral, é usada de forma desproporcional contra mulheres candidatas e eleitas, numa tentativa de questionar sua legitimidade. Isso se torna mais eficaz justamente porque se ancora em um imaginário social que associa as mulheres ao espaço privado, reservando o espaço público à atuação masculina.

A análise do episódio envolvendo a ministra Marina Silva evidencia como a violência política de gênero permanece enraizada nas estruturas institucionais e discursivas do Brasil, mesmo diante de avanços legais e do reconhecimento formal de direitos. As manifestações hostis e as tentativas de deslegitimar sua atuação durante audiência no Senado ilustram como práticas de silenciamento e exclusão seguem sendo empregadas para restringir a presença e a voz de mulheres, especialmente daquelas que desafiam múltiplas hierarquias de poder, como as baseadas em gênero, raça e classe.

A violência política de gênero, como demonstra o estudo, vai além das agressões físicas: ela se expressa de forma simbólica, discursiva e institucional, perpetuando desigualdades históricas e dificultando a consolidação de uma democracia verdadeiramente plural. A análise discursiva mostra que essas práticas não apenas reproduzem, mas também reforçam estruturas de dominação, legitimando a exclusão de corpos dissidentes do centro das decisões políticas.

Diante desse cenário, torna-se fundamental reconhecer que a violência de gênero na política não ocorre de forma isolada. Ao mesmo tempo, é uma demanda institucional e democrática garantir que essa violência seja reconhecida e punida, pois só será possível falar em democracia plena quando houver paridade de gênero na política.

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, Clara. Cidadania democrática e inserção política das mulheres. **Revista Brasileira de Ciência Política**, n. 9, p. 147–168, 2012. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/rbcp/article/view/2013>. Acesso em: 10/06/2025.

ARCHENTI, Nélida; ALBAINE, Laura. O Feminismo na política: Paridade e violência política

de gênero na América Latina. Rio de Janeiro: Fundação Konrad Adenauer. **Cadernos Adenauer,** 2018.

BIROLI, Flávia. **Gênero e desigualdades:** limites da democracia no Brasil. São Paulo: Boitempo Editorial, 2018. *E-book.*

BOURDIEU, Pierre. **A dominação masculina.** Trad. Maria Helena Kühner. 2ª ed. Rio de Janeiro. Bertrand Brasil, 2002.

BUTLER, Judith. **A vida psíquica do poder:** teorias da sujeição. Trad. Rogério Bettoni. Belo Horizonte: Autêntica, 2017.

BUTLER, Judith. **Problemas de gênero**: feminismo e subversão da identidade. Trad. Renato Aguiar. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

BUTLER, Judith. **Corpos que importam:** Os limites discursivos do "sexo". Tradução: Verônica Daminelli e Daniel Yago Françoli. São Paulo: n-1 edições, 2019.

BUTLER, Judith. **Quadros de guerra:** quando a vida é passível de luto? Tradução: Sérgio Lamarão e Arnaldo Marques da Cunha. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2015.

CARNEIRO, Sueli. Mulheres negras e poder: um ensaio sobre sua ausência. *In:* **Revista do Observatório Brasil da Igualdade de Gênero.** Brasília: Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, 2009.

COLLINS, Patricia Hill. **Intersecções Letais:** Raça, Gênero e Violência. Trad. Heci Regina Candiani. São Paulo: Boitempo, 2024.

CRENSHAW, Kimberlé. **Demarginalizing the Intersection of Race and Sex:** A Black Feminist Critique of Antidiscrimination Doctrine, Feminist Theory and Antiracist Politics. University of Chicago Legal Forum, no. 1, 8, p. 139-167, 1989.

CUSICANQUI, Silvia Rivera. *Ch'ixinakax utxiwa:* A Reflection on the Practices and Discourses of Decolonization. **The South Atlantic Quarterly,** v. 111, n. 1, p. 95-109, 2012.

FAIRCLOUGH, Norman. **Discurso e mudança social.** Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2001.

FAIRCLOUGH, Norman. **Análise crítica do discurso como método em pesquisa social científica**. Tradução de Iran Ferreira de Melo. Linha d'Água, n. 25 (2), 2012.

FIORIN, José Luiz. **Elementos de análise do discurso.** 9ª ed. – São Paulo: Contexto, 2000.

FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso**. 11. Ed. São Paulo: Edições Loyola, 2004.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir**: nascimento da prisão. Trad. Raquel Ramalhete. 42 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.

FOUCAULT, Michel. **História da sexualidade I:** A vontade de saber. Tradução de Maria Thereza da Costa Albuquerque e J. A. Guilhon Albuquerque. Rio de Janeiro, Edições Graal, 1988.

GALVÃO, Rosane Queiroz; VIEIRA, Viviane Cristina. Penetras na Festa da Democracia: violências políticas de gênero no Brasil. **Revista Latinoamericana de Estudios del Discurso,** Brasília, v. 20, n. 2, p. 92–111, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.35956/v.20.n2.2020.p.92-111>. Acesso em: 10/06/2025.

KROOK, Mona Lena. **Violence against Women in Politics.** New York: Oxford University Press, 2020.

LACLAU, Ernesto; MOUFFE, Chantal. **Hegemonia e estratégia socialista:** por uma política democrática radical. Trad. Joanildo A. Burity, Josias de Paula Jr. e Aécio Amaral – São Paulo: Intermeios; Brasília: CNPq, 2015.

LAZAR, Michelle M. Politicizing Gender in Discourse: Feminist Critical Discourse Analysis as Political Perspective and Praxis. In. **Gender, Power and Ideology in Discourse:** Feminist Critical Discourse Analysis. Org. Michelle Lazar. New York: Cambridge University Press, 2005.

LIMA, Kevin. Senador manda Marina Silva "se pôr em seu lugar", e ministra diz que não é "mulher submissa". **G1,** Brasília, 27 maio 2025. Disponível em:< https://g1.globo.com/politica/noticia/2025/05/27/senador-discute-com-marina-em-comissao-a-senhora-nao-e-mais-etica-que-ninguem.ghtml>. Acesso em: 05/06/2025.

LORDE, Audre. The Uses of Anger: Women Responding to Racism. *In:* ***National Women's Studies Association Conference.*** **Storrs:** University of Connecticut, 1981.

MAINGUENEAU, Dominique. **Discurso e análise do discurso.** Tradução Sírio Possenti. – 1. Ed. – São Paulo: Parábola Editorial, 2015.

MICHELS, André. Histeria e feminilidade. Trad. Eloisa Araújo Ribeiro. Revisão da tradução: Angélica Bastos e Gérard Grimberg. **Ágora,** v. IV, n. 1 - jan/jun, 2001, p. 33-51.

MOUFFE, Chantal. **Sobre o político.** Trad. Fernando Santos. São Paulo: Editora WMF Fontes, 2015.

MURPHY, Patrick. Voicing Another Nature. In: **A dialogue of voices:** feminist literary theory and Bakhtin. HOHNE, Karen; WUSSOW, Helen (Org.). Minneapolis: University of Minnesota Press, 1994.

PATEMAN, Carole. **O contrato sexual.** Trad. Marta Avancini, - Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1993.

PISCOPO, Jennifer M. Capacidad estatal, justicia criminal y derechos políticos. Nueva mirada al debate sobre la violencia contra las mujeres en política. **Política y gobierno,** v. 23, n. 2, p. 437-458, 2016.

STARK, Cynthia A. Gaslighting, Misogyny, and Psychological Oppression. **The Monist,** v. 102, n. 2, p. 221–235, 1 abr. 2019.

SOUZA, Jessé. **A tolice da inteligência brasileira**. - São Paulo: Leya, 2015.

SWAIN, Tania Navarro. A invenção do corpo feminino ou a hora e a vez do nomadismo identitário. **Textos de História**, v. 8, n. 1-2, p. 47-84, 2000.

VELOSO, Kristianne; FERREIRA, Maria da Luz Alves. Explorando o direito comparado latino-americano na abordagem da violência política de gênero. In: **Anais Fazendo Gênero 13,** 2024. Universidade Federal de Santa Catarina. Disponível em: <https://www.fg2024.eventos.dype.com.br/anais/trabalhos/>. Acesso em: 06/05/2025.